

PEC dos Vereadores deve ser votada, apesar da obstrução

O Plenário examina em sessão extraordinária, às 10h de hoje, proposta de César Borges que reduz de um a três pontos percentuais os gastos máximos com as câmaras. Ontem foi dia de obstrução, do governo e da oposição

A decisão de marcar sessão extraordinária para hoje de manhã foi tomada após os partidos de oposição, DEM e PSDB, que se encontram em obstrução, haverem concordado em abrir uma exceção para o exame da chamada PEC Paralela dos Vere-

adores. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem emendas de Valter Pereira restringindo gastos das câmaras, o que deve viabilizar a votação da matéria no Plenário. A obstrução dos trabalhos teve início ontem quando a base governista impediu as ativida-

des da CPI das ONGs em razão de impasse na definição do relator da comissão. A instalação da CPI da Petrobras, marcada para as 14h30 de hoje, também está ameaçada. A oposição, em represália, obstruiu as votações nos plenários do Congresso e do Senado. **3 a 5**



No Plenário do Senado, Virgílio (C) anuncia obstrução de opositores, durante sessão presidida por Sarney (D), ao lado de Heráclito. Na CPI das ONGs, Mercadante (D) defende impedimento dos trabalhos

Queimadura, problema que atinge 1 milhão de brasileiros

A necessidade de realização de campanhas nacionais de prevenção a queimaduras, problema que atinge 1 milhão de brasileiros, foi discutida ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. O senador Flávio Arns defendeu mudança na lei para beneficiar os queimados. **6**

Projeto amplia o limite de capital externo na aviação

Fixado atualmente em 20%, o limite de participação de capital externo nas empresas nacionais de aviação pode ser ampliado para 49%, de acordo com proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto segue para a Comissão de Justiça. **7**

A Batalha do Riachuelo, considerada fundamental para a vitória dos países da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai e Argentina – na Guerra do Paraguai (1864-1870), foi lembrada ontem em sessão solene do Congresso Nacional. **8**



José Cruz

Venezuela no Mercosul: entre riscos e oportunidades

Riscos e oportunidades do ingresso da Venezuela no Mercosul foram apontados em debate na Comissão de Relações Exteriores. Houve críticas à postura política de Hugo Chávez e reconhecimento da importância estratégica da expansão do bloco em direção ao Norte da América do Sul. **8**

Azeredo pede votação de lei contra crimes cibernéticos

Eduardo Azeredo apelou ontem à Câmara dos Deputados para que vote com urgência projeto de lei que tipifica crimes cibernéticos. Segundo o senador, o projeto “não é uma lei para a internet, muito menos de *downloads*”, mas trata, sim, do “Direito Penal aplicado às novas tecnologias”. **5**

Delegados defendem em audiência pública na Comissão de Justiça atuação complementar, e não paralela, do ministério público na investigação criminal

Ação concorrente do MP em inquérito divide debatedores

O risco da superposição de ações em investigações criminais conduzidas paralelamente pela polícia e pelo ministério público (MP) foi o alerta da maioria dos expositores na audiência pública realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir projeto de lei que amplia a repressão ao crime organizado.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) decide se o MP poderá ou não presidir inquéritos, os expositores – a maioria delegados de polícia – defenderam a manutenção do atual sistema investigatório, que coloca a polícia e o ministério público atuando de forma complementar, e não concorrente.

Para o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Carlos Eduardo Benito Jorge, a “investigação desinteressada” sob o comando do delegado é garantidora do direito de todos os envolvidos no inquérito criminal. Se esse controle passar para o ministério público, segundo advertiu, poderia haver prejuízos ao investigado, por ser interesse dessa instituição reunir provas para a acusação.

O advogado criminalista Waldemir Sérgio Reale considerou “importantíssima” a participação do MP no inquérito criminal, mas questionou a capacidade de a instituição, na hipótese de o STF reconhecer sua capacidade de presidir essa investigação, realizar “diligências de alta complexidade” sem contar com um aparato policial.



No debate na CCJ, Reale, Demostenes (presidindo a reunião), Avelar e Benito

Embora avalie o PLS 150/06 como “bom e oportuno”, o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres Avelar, disse não ter ficado claro no projeto se o ministério público pode ou não investigar de modo concorrente com a polícia. Após sustentar não existir monopólio no inquérito, o delegado discordou de uma eventual autorização para o MP promover uma investigação isolada ou independente de fatos já apurados pela polícia.

O presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, Abizair Paniago, fez um alerta no sentido de que a discussão sobre as competências da polícia e do MP na investigação criminal não enfraqueça a organização estatal no combate ao crime organizado. Contrário à ideia de concorrência entre as duas instituições, que precisariam ser fortalecidas, e não enfraquecidas, Paniago rechaçou críticas à atuação da polícia por sua liga-

ção ao Executivo, considerando que isso é fechar os olhos para o trabalho sério feito diuturnamente pelo país afora.

OAB

Análise semelhante foi a do vice-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Percílio de Sousa Lima Neto. O advogado vê a polícia e o ministério público como “vasos comunicantes” no curso da investigação criminal.

As críticas a uma atuação concorrential da polícia e do MP na investigação criminal foram suscitadas por emendas apresentadas ao projeto, em Plenário, pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP).

As emendas alteram a expressão “investigação” por “inquérito policial” em dispositivos da proposta, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e cujo relator é o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Procurador defende atuação paralela à da polícia

O relator da proposta, senador Aloizio Mercadante, afirmou na audiência pública ser necessário mudar a atual forma de atuação da polícia e do ministério público na investigação criminal.

– O desafio é como integrar as duas instituições e buscar a complementaridade para que haja maior eficácia em suas ações – disse ele.

Sem querer assumir uma postura de confronto com representantes da polícia, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, sustentou que o MP tem que trabalhar subsidiária e concorrentemente no inquérito por



Mercadante: “Desafio é integrar as duas instituições”

avaliar que a polícia judiciária não tem condições de investigar todos os fatos por carência de pessoal, conhecimento técnico e aparato tecnológico.

O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, considerou que o MP não pode sair fragilizado no processo de combate ao crime

organizado.

A presidente do Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Encla), Salise Monteiro, sugeriu que o texto permita a alienação antecipada dos bens apreendidos, para evitar que se deteriorem e estejam inservíveis quando da conclusão do processo.

Mercadante se mostrou disposto a acolher essa proposta em seu substitutivo, que deverá ser encaminhado à comissão dentro de 15 dias.

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), prometeu colocar a matéria em pauta tão logo chegue à comissão.

Google estava ajudando pedófilos, diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da comissão parlamentar de inquérito que investiga a pedofilia, leu em Plenário notícia do jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, informando que o site Google colocou um mecanismo que, ao invés de dificultar,

estava ajudando pedófilos. Pelo mecanismo, quando se digitava na pesquisa a palavra “menina”, apareciam várias sugestões de sites pedófilos, inclusive com meninas de 13 anos.

Após a denúncia do jornal, o Google informou ontem que

havia corrigido o problema. Mesmo assim, Demostenes Torres decidiu convidar um representante da empresa SaferNet, que tem ajudado a comissão de inquérito, para falar aos seus integrantes sobre o mecanismo de pesquisa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Limite de gastos com vereadores

Sessão deliberativa extraordinária, às 10h, deve votar proposta que limita os gastos máximos dos municípios com as câmaras municipais (PEC 47/08).

Presidente do Senado Federal

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside a ordem do dia do Plenário, às 10h.

CCT examina mudança na *Voz do Brasil*

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne às 8h30 para analisar 69 matérias, das quais 66 são projetos de decreto legislativo dispo- ndo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. O primeiro item da pauta de votações é o substitutivo ao projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de rádio transmitirem o programa oficial dos Poderes da República – *Voz do Brasil* (Lei 4.117/62).

Na CRE, sabatina de indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa mensagens presidenciais indicando Mario da Graça Roiter para embaixador

do Brasil em Honduras, e Henrique da Silveira Sardinha Pinto para a mesma função na Argélia. O horário depende das votações em Plenário.

Regras para esporte radical em debate na CE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve realizar audiência pública para instruir o projeto de lei do Senado (PLS 403/05) que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura. Foram convidados o recordista mundial de parapente André Luís G. Fleury; o gestor de projetos da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), Leonardo de Moura Persi; o secretário nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, André Almeida Cunha Arantes; o assessor da Presidência da Confederação Brasileira de Surf (CBS), Luiz Henrique Campos; e o membro da equipe Oskalunga de corrida de aventura Monclair Caetano Cammarota. O horário depende das votações em Plenário.

CPI da Pedofilia discute calendário

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia se reúne, em horário a ser definido, para a elaboração do calendário de atividades da CPI.

Organizações não governamentais

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs realiza, às 14h30, reunião administrativa.

CAS analisa fomento ao uso de energia solar

Projeto que altera dispositivos do Estatuto da Cidade para fomentar o uso de energia solar será discutido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O colegiado também deverá examinar proposta que extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela CLT e determina a disponibilização ao público de todas as informações na Guia de Recolhimento do FGTS e da Previdência Social. O horário depende das votações em Plenário.

Maioridade penal volta à pauta da CCJ

As propostas de emenda constitucional que tratam da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também serão analisados pela comissão projetos que dispõem sobre crimes hediondos. O horário de reunião depende das votações previstas em sessão extraordinária do Plenário do Senado.

Instalação da CPI da Petrobras

Às 14h30, instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

DATAS

Comissão aprova Dia do Farmacêutico

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que institui 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico. A proposta (PLC 145/08) ainda será examinada em Plenário.

A CE também aprovou o PLC 4/09 que cria a data comemorativa de 13 de março – o dia da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 1823, no Piauí. A comissão ainda vai encaminhar documento à família do major Sylvio de Magalhães Padilha reconhecendo o papel que o atleta desempenhou.

TRIBUNAL



Gerardo Magalhães

Relator de contas da Bahia vê irregularidades

Pela primeira vez, um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia votou pela desaprovação das contas do Poder Executivo, disse Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). De acordo com o senador, o conselheiro Pedro Lino apontou “uma série de irregularidades, desde o descumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal e de Diretrizes Orçamentárias até a existência de crime previsto no Código Penal”. O voto de Pedro Lino, informou ACM Júnior, ainda será apreciado pelo colegiado do tribunal.

DESENVOLVIMENTO

Gilvam quer novo status para aeroporto

Gilvam Borges (PMDB-AP) informou ter solicitado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, e ao comandante da Aeronáutica, Junito Saito, a internacionalização do Aeroporto do Oiapoque, no Amapá. O senador considera que, por estar estrategicamente localizado, o município de Oiapoque tem potencial para tornar o Amapá importante porta de acesso para a Amazônia. A internacionalização do aeroporto, disse, desenvolverá o turismo ecológico e o comércio na região.

TABAGISMO

Augusto: publicidade de cigarro visa jovem

Augusto Botelho (PT-RR) lamentou que os fabricantes de cigarros estejam direcionando suas estratégias de propaganda aos jovens, mais suscetíveis aos apelos da publicidade, segundo o senador. Por isso, disse, a cada dia cerca de 100 mil jovens começam a fumar no mundo. Augusto lembrou que em 31 de maio comemorou-se o Dia Mundial sem Tabaco e aplaudiu iniciativa da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado de apoiar funcionários que quiserem deixar o vício.

Decisão dos governistas de obstruir trabalhos da CPI das ONGs, por causa do impasse envolvendo a relatoria, repercutiu nos plenários do Congresso Nacional e do Senado, onde a oposição também impediu exame de matérias



J. Freitas

Sessão conjunta do Congresso Nacional: votação adiada para semana que vem



Gerardo Magalhães

No Plenário do Senado, Arthur Virgílio (C) anuncia obstrução dos oposicionistas

Oposição obstrui votações diante do impasse em CPI

A FALTA DE quórum determinou o fim da ordem do dia de ontem. Ao se iniciar a votação do Projeto de Decreto Legislativo 139/08, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que seu partido, assim como o DEM, se colocaria em obstrução, em protesto contra o que chamou de “diversas irregularidades” que estão acontecendo no Senado. De acordo com ele, a base do governo age com desfaçatez ao condicionar “a saída do relator da CPI das ONGs à instalação da CPI da Petrobras”.

O líder pediu verificação de quórum da matéria, que aprova o texto de dois documentos relativos ao Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vistas à abolição da pena de morte. Na votação nominal, após uma espera de dez minutos para a chegada dos senadores, houve 25 votos e quatro absten-

ções, quando seria necessária a presença de, pelo menos, 41 parlamentares em Plenário.

O presidente do Senado, José Sarney, então, disse que iria suspender a sessão por dez minutos, convocando os senadores para a votação. Arthur Virgílio protestou contra essa decisão, lembrando ser praxe no Senado o encerramento da ordem do dia quando ficasse constatada a falta de quórum, mas Sarney afirmou que estava apenas cumprindo o Regimento da Casa.

Houve, então, nova votação, com novo pedido de verificação de quórum por Virgílio. Após espera de dez minutos, Sarney abriu o painel de votação, desta vez com 27 votos favoráveis e três abstenções, evidenciando novamente a falta de quórum. Sarney declarou, então, encerrada a ordem do dia.

Poucos minutos depois, en-

tretanto, Sarney quis reabrir as votações, mas encontrou oposição veemente de Virgílio. O presidente respondeu ao líder que havia declarado encerrada a ordem do dia devido a “um equívoco”, mas Virgílio não abriu mão e Sarney desistiu, dizendo que não iria “criar um outro caso dentro da Casa”.

Congresso

Em protesto contra o adiamento de instalação da CPI da Petrobras e a intenção da base do governo no Senado de retirar as mãos de Arthur Virgílio a relatoria da CPI das ONGs, a oposição obstruiu e derrubou ontem a sessão do Congresso Nacional. Na reunião seriam votados sete projetos que abrem créditos especiais em favor de vários órgãos do Executivo, no valor total de R\$ 539,63 milhões. O exame dos projetos ficou para a próxima semana.

Virgílio apresenta plano de trabalho para comissão

Arthur Virgílio apresentou ontem a minuta de um novo plano de trabalho da CPI das ONGs – da qual há duas semanas é o novo relator – em substituição a Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Virgílio assumiu a relatoria depois da indicação de Arruda para a CPI da Petrobras. Por não ser mais titular da CPI das ONGs, Arruda não poderia ocupar o cargo de relator, segundo o presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI). A alteração aumentou a tensão entre governistas e oposicionistas, provocando obstruções em Plenário (pela oposição) e na própria CPI (pela base do governo).

A leitura do plano de trabalho foi acompanhada por poucos senadores, entre eles o presidente da comissão e Sérgio Guerra (PSDB-PE). A base do governo já havia se retirado da reunião.

As questões levantadas por Virgílio tratam, entre outros temas, da necessidade de o Estado se valer de parcerias com ONGs para prestação de serviços públicos, além de conceder recursos a instituições que apenas por isso se mantêm operantes.

ONGs: governo decide obstruir as reuniões

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que os parlamentares da base governista estão em obstrução na CPI das ONGs até que se resolva a questão do relator. Segundo ele, a permanência de Arthur Virgílio na relatoria dessa CPI cria um clima de dificuldade para a instalação da CPI da Petrobras.

Já o líder do PT, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que não há condições de dar prosseguimento aos trabalhos de nenhuma das duas CPIs enquanto a questão da relatoria da CPI das ONGs não for solucionada.



Gerardo Magalhães

Impasse na CPI das ONGs dificulta entendimento, diz Jucá

Oposição promete chegar mais cedo à CPI da Petrobras

Os senadores da oposição comparecerão à reunião de instalação da CPI da Petrobras marcada para hoje, às 14h30. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que os parlamentares oposicionistas chegarão 20 minutos antes e aguardarão o início da reunião.

De acordo com o líder do governo, Romero Jucá, a decisão anunciada ontem pelo presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes, de manter a relatoria com Arthur Virgílio, dificulta os entendimentos.

Heráclito Fortes argumentou que a CPI das ONGs tinha um relator da base de apoio ao governo e não votava nada havia meses, uma vez que os governistas não garantiam quórum nas reuniões. “Não era possível ficar como estava”, afirmou Heráclito, para quem a verdade é que os governistas não querem apurar as denúncias.

Arthur Virgílio disse que as investigações que a oposição não conseguiu aprofundar nas CPIs das ONGs e da Petrobras serão enviadas pelo PSDB ao Ministério Público.

Brasil perde se não houver apuração, diz Sérgio Guerra

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade de a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras ser instalada para apurar denúncias de irregularidades que vêm surgindo sobre a empresa, ainda que fosse para não encontrar nada.

– Não sairemos derrotados da CPI se ao final nada se apurar. Mas o Brasil perde se a apuração não se fizer. Chega de sofisma, terrorismo, covardia de gente que não tem coragem de expor a Petrobras a uma investigação limpa feita por gente limpa – disse.

Sérgio Guerra afirmou que os parlamentares do PSDB vêm tomando “cuidado para não afetar o conceito público da empresa” e buscando uma investigação sóbria. Destacou que aceitar um acordo para não expor durante as investigações áreas básicas da Petrobras para não prejudicar “importantes interesses nacionais”.

Sérgio Guerra garantiu ainda não ser verdade que o PSDB esteja sofrendo pressão para não fazer a CPI. “Não recebemos pressão e não aceitaríamos”, disse. O senador argumentou que há áreas da Petrobras que precisam ser investigadas, pois “estão contaminadas com indicação de políticos que até já perderam o mandato, porque foram cassados”.

– Nada a ver com indicações do PT como a de Guilherme Estrela (diretor de Exploração da Petrobras), um homem honrado, que admiramos – ressaltou.

Sérgio Guerra também afirmou que os parlamentares do PSDB não “têm nada a ver com a disputa de um partido com o outro para ver quem será relator ou sobre quem merece confiança ou não”.



Gerardo Magalhães

Sérgio Guerra: “Chega de sofisma, terrorismo e covardia”

“Já estamos saindo da crise”, diz Ideli



Ideli Salvatti

A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), disse que o recuo de apenas 0,8% do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2009 “demonstra de forma inequívoca que já estamos saindo da crise”. Segundo a senadora, o resultado foi “muito melhor do que os mais pessimistas dos pessimistas imaginavam”.
 – O Brasil, que foi um dos últimos países a entrar na crise, vai ser um dos primeiros a sair. O trabalho vem sendo feito e não adianta quererem utilizar um diagnóstico frio de que dois trimestres de recuo consecutivo é recessão – afirmou, lembrando o recuo do PIB de 3,6% no último trimestre de 2008.
 Ideli observou que “a população continua fazendo uma avaliação extremamente positiva” do governo. Disse que quatro pesquisas consecutivas trazem um alto índice de aprovação do governo Lula e da candidatura da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff à Presidência da República.

Cristovam vincula patriotismo a educação



Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para a necessidade de fortalecer no país o patriotismo entre os jovens a partir da ampliação do acesso a educação de qualidade. O senador fez a afirmação para complementar discurso que proferiu pela manhã, durante sessão de homenagem à Marinha do Brasil pela passagem dos 144 anos da Batalha do Riachuelo. De acordo com Cristovam Buarque, sem a democratização do ensino de qualidade no país não será possível nem mesmo cultivar o mais elementar espírito patriótico entre a juventude brasileira, que se traduz, por exemplo, no respeito aos símbolos nacionais.
 – Que patriotismo que não tem um único Prêmio Nobel, só craque de futebol? Não há dúvida de que medalhas e olimpíadas ajudam no patriotismo, mas não sustentam o patriotismo – afirmou.

Valadares pede ação contra evasão escolar



Valadares

O Brasil precisa proporcionar às crianças carentes mecanismos de inserção e ascensão social, principalmente por meio da educação, defendeu Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ao propor a criação do Plano Educacional Nacional. De acordo com o senador, ainda é muito grande o número de crianças que abandonam os estudos antes dos dez anos para trabalhar e ajudar no sustento da família.
 – Qual a consequência imediata? Temos, desde logo, um deficiente social, já que sua capacidade de inserção plena na sociedade estará comprometida na medida em que não domina os conhecimentos básicos da língua portuguesa e das ciências que o permitiriam se relacionar com pessoas e fatos sociais de modo crítico e interativo – disse.
 Para Valadares, o país precisa de uma ampla política de melhoria do sistema público de ensino que inclua apoio às famílias para que consigam colocar e manter as crianças nos bancos escolares.

Mário Couto defende aposentados



Mário Couto

Uma multidão de parlamentares e aposentados subindo a rampa do Palácio do Planalto para cobrar respeito do presidente da República. Foi o que previu Mário Couto (PSDB-PA), caso o veto ao reajuste de aposentados e pensionistas não seja apreciado pelo Congresso ainda este mês. O senador afirmou que o governo Lula está “empurrando com a barriga” a questão ao querer realizar a votação de vetos apenas em julho.
 Mário Couto também pediu a Lula que autorize a base governista a derrubar o veto que impediu a extensão do reajuste de 16,67% concedido ao salário mínimo em 2006 a todas as aposentadorias e pensões.
 O senador também defendeu o fim do fator previdenciário, que pode ser extinto caso aconteça a aprovação do PLS 296/03, de Paulo Paim (PT-RS), que trata do tema e está em tramitação na Câmara.

Mão Santa lê protesto de caminhoneiro



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário carta que lhe foi enviada pelo caminhoneiro aposentado Antônio Serpa, de 76 anos, de Três Rios (RJ), na qual ele protesta contra o atraso dos congressistas em votar projetos que beneficiam os aposentados. Serpa reclama que pagou contribuição previdenciária sobre dez salários mínimos durante sua vida ativa e, no final, foi aposentado com dois.
 – É uma vergonha que isso aconteça. E o Congresso fica protelando essas votações – lamentou o senador.
 A Câmara deverá votar em breve emenda de Paulo Paim (PT-RS) a projeto determinando que seja concedido aos aposentados os mesmos reajustes dados ao salário mínimo (PLC 42/07). Os senadores e os deputados também devem votar no dia 8 de julho veto do presidente da República que impediu uma recomposição de 16,67% nas aposentadorias e pensões, fruto de emenda também de Paim.

PEC Paralela dos Vereadores será votada em sessão extra

Proposta foi enviada ontem ao Plenário pela CCJ, que aprovou seis faixas de despesas máximas dos municípios com os legislativos locais

O PLENÁRIO DO Senado deve analisar hoje, às 10h, em sessão deliberativa extraordinária, o texto da proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC Paralela dos Vereadores. O texto, do senador César Borges (PR-BA), limita os gastos máximos dos municípios com as câmaras de vereadores, ao modificar o artigo 29-A da Constituição, reduzindo de um a três pontos percentuais os gastos máximos com as câmaras, tendo como base as receitas municipais.
 A decisão de marcar sessão extraordinária para votar a PEC 47/08 deu-se após os partidos de oposição DEM e PSDB terem concordado em abrir uma exceção para a apreciação da matéria em sua estratégia de obstrução sistemática de votações no Senado, iniciada ontem.

Na tarde de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou duas subemendas do relator, Valter Pereira (PMDB-MS), à PEC, restringindo gastos das câmaras municipais e viabilizando a aprovação da proposta no Plenário, para onde o texto foi enviado em regime de urgência.
 As subemendas alteram emenda apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que criava oito faixas de percentuais máximos de gasto em relação à receita, dependendo da população do município. O relator reduziu essas faixas a seis. A legislação atual prevê quatro faixas.
 As estimativas anteriores indicam que a PEC dos Vereadores geraria uma economia anual de R\$ 1,8 bilhão nos gastos das câmaras municipais, mas

as negociações de Valter Pereira com os representantes dos vereadores e os senadores de diversos estados deverão propiciar um corte de R\$ 1,4 bilhão.
 – A proposta anterior causou desconforto em vários estados e agora conseguimos um texto que reflete a média – explicou o relator.
Mudanças
 O teto de gastos da legislação atual é de 8% das receitas, mas foi modificado para 7% pela PEC dos Vereadores. Com a emenda, municípios entre 101 mil a 300 mil habitantes poderão gastar até 6% de seus orçamentos com as câmaras. Os municípios com 301 mil a 500 mil habitantes terão de baixar os gastos de suas câmaras do teto de 6% para 5%. Municípios entre 501 mil e 3 milhões de habitantes

terão o teto reduzido de 5% para 4,5%. Os municípios entre 3 milhões e 1 mil e 8 milhões de habitantes terão de baixar o teto de 5% para 4%. Acima de 8 milhões, a redução será de 5% para 3,5%. O limite de gastos da cidade de São Paulo, por exemplo, passará de 5% para 3,5% das receitas do município.
 Em defesa da escala prevista no relatório de Valter Pereira, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que isso se justificava porque a câmara paulistana tem controlado e reduzido seus gastos, ao contrário de muitas outras, como a do Rio de Janeiro. Também o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) advertiu para a possibilidade de “problemas futuros em muitos municípios” por causa dos cortes.



Vereadores (ao fundo) acompanham votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça. Economia anual estimada com a nova restrição aos gastos municipais com as câmaras é de R\$ 1,4 bilhão

Ministério: Brasil leva vantagem por contar com fontes renováveis

De toda a energia consumida no mundo, apenas 14% vêm de matrizes renováveis. No Brasil, esse percentual chega a 46%, o que deixa o país em uma situação privilegiada. Os dados foram fornecidos pelo secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, em audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Ele observou que, além disso, o país dispõe de amplas possibilidades de utilizar fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a gerada pela biomassa.
 Altino Ventura afirmou que a energia nuclear continuará

sendo complementar e que o Conselho Nacional de Política Energética já decidiu pela construção da usina de Angra III. Até 2030 serão construídas mais duas usinas, uma no Nordeste e outra no Sudeste. Jefferson Praia (PDT-AM) disse ter ficado preocupado com a intenção do governo de ampliar o número de hidrelétricas na região Norte do país, o que tocara na questão ambiental.
 Por sua vez, Marina Silva (PT-AC) registrou que vários cientistas preveem que a situação do planeta poderá se transformar em catastrófica até 2030 se o quadro de degradação ambiental não for alterado.

Novo modelo de exploração energética

Delcídio Amaral (PT-MS) propôs a antecipação do debate sobre a substituição das concessões para exploração de usinas hidrelétricas, principalmente das que vencem em 2015. “Em 2012 já deveria estar proposto o novo marco legal de outorga. Seja por prorrogação de prazos, nova

licitação, o problema precisa ser solucionado a tempo”, disse.
 Para o senador, a construção de barragens não mais pode ser feita apenas com base nos parâmetros de demanda energética. Deve também levar em conta, afirmou, as modificações que provocará nos biomas.

Mozarildo cita méritos da MP da Amazônia



Mozarildo Cavalcanti

A medida que trata da regularização fundiária da Amazônia Legal tem o mérito de permitir a legalização das terras por proprietários tradicionais da região, afirmou Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o senador, o Projeto de Lei de Conversão 9/09 – proveniente da MP 458/08 – beneficia as pessoas que estavam de posse da terra em 2004, não alcançando quem se instalou na área depois disso.
 Mozerildo afirmou que o projeto acabará com os “documentos precários” concedidos pelo Incra, que não são aceitos pelos bancos para financiamentos. De acordo com o senador, os módulos de até 400 hectares serão entregues ao proprietário a preço simbólico. A proibição de venda da terra por dez anos não acabará, na avaliação de Mozerildo, com os contratos de gaveta, sendo necessário reforço na fiscalização. Ele ainda leu editorial do jornal *Folha de S. Paulo* segundo o qual a MP pode não ser ideal, “mas se trata, sem dúvida, de um avanço”.

Valter quer mudanças no combate ao crime



Valter Pereira

A criminalidade no Brasil está mudando de perfil, para uma modalidade que se profissionaliza, infiltra seus quadros nas instituições públicas e torna mais precoce o aliciamento de seus combatentes. Advertiu ontem, da tribuna, o senador Valter Pereira (PMDB-MS), ao defender a modificação de conceitos e métodos de combate ao crime.
 Para o parlamentar, a impunidade é uma das principais causas do aumento da criminalidade no país. Valter Pereira disse que os bandidos “perderam o medo da represália”, seja por estar protegidos ao utilizar cúmplices menores de idade para se resguardar, seja por saber usar artifícios legais para reduzir a pena, quando condenados. Ou, ainda, por terem a certeza de que, mesmo estando reclusos, conseguem extorquir, traficar, sequestrar e manter-se na delinquência.

Borges comemora anúncio de ferrovia



César Borges

César Borges (PR-BA) comemorou ontem o anúncio do cronograma para a construção da chamada Ferrovia Leste-Oeste, que, segundo disse, será licitada nos próximos três meses. As obras podem começar ainda este ano. O parlamentar explicou que a ferrovia terá uma de suas pontas na região baiana de Ilhéus/Itacarê (onde será construído um porto), atravessará o interior da Bahia, passando por 32 municípios, e irá até o estado do Tocantins. Para o senador, a ferrovia será essencial para o escoamento da produção de minério de ferro, além de beneficiar a produção agropecuária.
 – Estaremos aqui sempre vigilantes, cobrando que essa realização se dê o mais rapidamente possível, porque eu não tenho dúvidas que será uma obra estruturante e redentora da economia da Bahia. O que nós desejamos é que se possa efetivar o mais rapidamente possível. Temos urgência na execução desse projeto – afirmou.

João Pedro condena massacre de índios



João Pedro

A ação das autoridades militares do Peru que, na região de Bagua, acabou levando ao massacre de 30 indígenas e de nove policiais na última sexta-feira foi condenada por João Pedro (PT-AM). O senador afirmou que o mundo não aceita mais que, em pleno século 21, protestos e reivindicações de populações indígenas sejam tratados “com balas e bombas” pelos governantes.
 – O que está em discussão no Peru é o modelo de desenvolvimento para a sua região amazônica. As lideranças indígenas protestavam contra decretos sobre exploração de petróleo e de minérios, assinados pelo presidente Alan García – disse, assinalando que há pelo menos 65 etnias indígenas naquele país.
 João Pedro manifestou solidariedade à Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

Nery pede providências da OEA contra Peru



José Nery

José Nery (PSOL-PA) pediu aos senadores que repudiem o massacre de índios no Peru e apoiem a solicitação de providências cabíveis, feita junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O senador denunciou o assassinato de mais de 60 pessoas, entre eles 30 índios da nação Awajun, na Amazônia peruana. De acordo com Nery, os indígenas foram mortos durante mobilizações contra o tratado de livre comércio assinado entre o Peru e os Estados Unidos. Esse documento, informou o senador, possibilitará a invasão de terras indígenas e a exploração indiscriminada dos seus recursos naturais. O senador pediu o fim às perseguições ao líder indígena Alberto Pizango, da Agência Intertrônica de Desenvolvimento da Selva Peruana. De acordo com Nery, Pizango tem ordem de prisão da Justiça peruana e comanda a luta dos índios na clandestinidade.

Senador afirma que objetivo da proposição, que tramita há dez anos, é punir quem utiliza a tecnologia para obter dados protegidos, de maneira escusa, como o *phishing*, forma de fraude para roubo de senhas bancárias

Azeredo apela à Câmara para que vote logo projeto contra crimes cibernéticos

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apelou à Câmara dos Deputados para que vote com urgência o projeto de combate aos crimes cibernéticos. Segundo o senador, a proposta “não é uma lei para a internet, muito menos de *downloads*”, mas trata, sim, do “Direito Penal aplicado às novas tecnologias”. Ele repudiou a acusação, atribuída a parte da imprensa, de que o projeto é para “proteger banqueiro” ou se assemelha a um novo ato institucional, ins-

trumento de repressão editado na ditadura.
 – Comparar o projeto com o AI-5 é ignorância histórica – argumentou.
 Azeredo argumentou ser importante regulamentar as penas para os delitos cibernéticos, que crescem no Brasil e no mundo. Observou que o projeto não trata da prisão de quem usa a tecnologia para baixar músicas ou outras informações que não estejam sob restrição de acesso, mas sim

de quem a utiliza para obter dados protegidos de maneira escusa, como o *phishing*, forma de fraude para roubo de senhas bancárias. A proposta também não trata de pirataria de som e vídeo, nem de quebra de direitos de autor, que no Brasil são matérias já tratadas por leis específicas, acrescentou.
 – Se alguém quer defender pirataria, fale abertamente, mas não de maneira sorrateira, querendo criticar uma lei que não tem nada a ver com

pirataria.
 Segundo Azeredo, é incorreto e injusto afirmar que o teor do projeto foi imposto, sem que tenha havido debate. Lembrou que a matéria tramita no Congresso há uma década e que, para se chegar à conformação atual, foram ouvidas entidades da sociedade e do governo, como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, o Ministério Público, a Polícia Federal, técnicos da área de informática, entre outros.

Cavalcanti quer apoio à cultura

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) sugeriu a inclusão de projetos culturais da Paraíba na agenda das políticas públicas do governo federal. O senador afirmou que, no meio cultural paraibano, identifica-se um sentimento de frustração em relação à distribuição dos benefícios da lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet).
 Ele apontou preconceito contra a produção cultural do Nordeste. Segundo afirmou, o Sudeste se apropria de 79% do total de renúncias fiscais autorizadas pela Lei Rouanet.

Pesar pela morte de João Carlos Bacelar

O Plenário do Senado aprovou requerimento, apresentado por César Borges (PR-BA), de pesar pela morte do ex-deputado João Carlos Bacelar, ocorrido ontem de manhã, de infarto, aos 68 anos, em Salvador.
 César Borges afirmou que o ex-deputado formou, junto com o irmão e ex-senador Rui Bacelar, “uma das mais influentes famílias políticas do interior da Bahia”. O requerimento também foi assinado pelo senador baiano Antonio Carlos Júnior (DEM).

Senadores paulistas criticam ação da PM

A invasão do *campus* da Universidade de São Paulo (USP) pela Polícia Militar, ocorrida ontem, foi criticada pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).
 Mercadante considerou inaceitável a decisão do governador de São Paulo, José Serra, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), de autorizar a invasão à Cidade Universitária. Suplicy disse que telefonara, antes do episódio, para a reitora da USP, Suely Vilela, recomendando que ela evitasse o uso da PM.

Suplicy elogia discurso de Obama

Trechos de discurso proferido no Egito pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foram destacados por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador elogiou referências às relações entre o Ocidente e o mundo islâmico, árabes e judeus e Estados Unidos e Irã. “Na medida em que nossas relações forem definidas por nossas divergências, estaremos conferindo mais poder aos que semeiam o ódio e não a paz [...] Esse ciclo de suspeições e discórdias precisa acabar”, leu Suplicy.

Especialistas defendem campanhas nacionais de prevenção; 30% das vítimas são crianças e jovens atingidos por álcool líquido e fogos de artifício

Queimaduras atingem 1 milhão de brasileiros

O PRESIDENTE DA Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), Flávio Nadruz Novaes, alertou ontem para a necessidade de realização de campanhas nacionais de prevenção a queimaduras. Estimativas apontam para a existência de cerca de 1 milhão de queimados hoje no Brasil, entre lesões leves e graves. Desse total, 30% são decorrentes de acidentes domésticos com crianças e jovens provocados principalmente por álcool líquido e fogos de artifício.

As informações foram prestadas por Novaes e por diversos especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que discutiu medidas de incentivo à prevenção de

queimaduras e à reabilitação de queimados.

– As queimaduras podem ser evitadas em sua quase totalidade. Deveria haver uma articulação entre o Ministério da Saúde e a SBQ para construção de modelo de política para prevenção a queimaduras. No entanto, o que há é uma ausência de política nacional de prevenção, que nunca foi realizada – avaliou o presidente da SBQ.

Flávio Novaes propôs ações educacionais, nos moldes da distribuição, realizada em 2000, de cartilhas produzidas com desenhos do cartunista Mauricio de Sousa, criador de *A Turma da Mônica*. Na ocasião, afirmou o presidente da sociedade, foram distribuídas 10 milhões de cartilhas a alunos do ensino

fundamental de São Paulo.

Exclusão

Ana Aparecida de França e Silva, presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (Aposeq), apontou dificuldades decorrentes da não inclusão das pessoas com queimaduras no Decreto-Lei 3.298/99. Essa norma propicia uma série de benefícios à pessoa com deficiência, como passe livre e reserva de vagas em concursos públicos, entre outros.

– Ninguém vai querer dar trabalho de recepcionista para uma pessoa com seqüela no rosto. A sociedade tem buscado formas de inclusão, mas o seqüelado não está incluído – denunciou, na audiência pública, a presidente da Aposeq.



Audiência pública reúne Flávio Novaes (E), Roberta Costa, Augusto Botelho, Ana Aparecida de França e José Adorno

Cirurgião plástico cobra treinamento de profissionais

José Adorno, coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), em Brasília, sugeriu que as equipes do programa Saúde da Família recebam treinamento adequado para promoverem atendimento inicial aos pacientes com queimaduras. Na avaliação do cirurgião plástico, essa medida é mais importante que aumentar o número de centros de referência.

Para Roberta Maria Leite Costa, do Ministério da Saúde, embora existam 41 centros de referência de queimados no Brasil, em 18 unidades da Federação, ainda há dificuldade em sensibilizar governadores e prefeitos para a importância da implantação dessas unidades.

Flávio Arns quer mudança em lei para beneficiar queimados

Durante a discussão sobre prevenção de queimaduras e reabilitação de vítimas de acidentes dessa natureza, o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu a elaboração de projeto de lei que altere o Decreto 3.298/99, de modo a estender a pacientes com queimaduras médias e graves benefícios concedidos a pessoas com deficiência.

Flávio Arns pediu o auxílio dos especialistas presentes à audiência para a definição de critérios e parâmetros apropriados para caracterizar o paciente com sequelas de queimaduras que o incapacitem de alguma forma.

Álcool líquido

Papaléo Paes (PSDB-AP) recomendou a edição de uma

medida provisória que proíba a comercialização de álcool líquido, tendo em vista ser esse o meio mais frequente de ocorrência de queimaduras no ambiente doméstico.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) questionou a representante do Ministério da Saúde sobre os mecanismos de qualificação de profissionais. Em resposta, Roberta Maria Leite Costa explicou que os centros de referência deverão passar a capacitar profissionais de saúde no atendimento a queimados.

Augusto Botelho (PT-RR) alertou para a importância de conscientizar a população sobre a necessidade de o queimado utilizar a malha de compressão, procedimento recebido com preconceito por muitos pacientes.

Paim elogia plano do governo para a igualdade racial

O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), elaborado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que será colocado em prática com base em decreto assinado pelo presidente Lula, foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS). O Planapir se divide em vários eixos, entre os quais o senador destacou a busca pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, projeto seu (PLS 213/03), que tramita na Câmara.

Paim saudou também a iniciativa do governo de utilizar R\$ 4 bilhões dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em investimentos destinados a diminuir os estragos causados pelas enchentes em 101 municípios, sendo 12 no Rio Grande do Sul, estado que vai receber R\$ 305 milhões.



Plano objetiva inclusão, fim do racismo e igualdade de oportunidades, diz Paim

Papaléo comenta dados sobre a saúde dos habitantes de Macapá

Os números elevados de casos de obesidade, tabagismo, consumo de álcool e maus hábitos alimentares e comportamentais apontados em pesquisa do Ministério da Saúde foram lamentados por Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador apresentou dados obtidos pela pesquisa Vigitel 2008 – Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. “As conclusões apontam para a radical necessidade de ampliar as ações no campo da prevenção”, avaliou.

Papaléo ressaltou os dados relativos a Macapá. Na capital do Amapá, apenas 53,5% das mulheres fizeram exame de mamografia nos últimos dois anos. Em relação ao consumo abusivo de bebida, os homens da cidade apresentam o segundo maior índice do Brasil (36,4%). Os índices de obesidade colocam Macapá na quinta posição do país, com 47,5% da população acima do peso recomendado.



Segundo Papaléo, pesquisa aponta a necessidade de mais ações preventivas

Osmar pede votação de proposta sobre universidades estaduais

Osmar Dias (PDT-PR) protestou pela “demora de dois anos” da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em colocar em votação projeto de sua autoria que determina o repasse de verbas, por meio do governo federal, às universidades mantidas pelos governos dos estados.

O senador afirmou que, caso a proposta (PLS 2/07) não seja votada nos próximos dias, irá apresentar requerimento solicitando a dispensa do exame pela CAE. Assim, o projeto só seria analisado na Comissão de Educação (CE) e, se aprovado, no Plenário. Osmar também enalteceu as qualidades do litoral paraense e ressaltou a importância do porto de Paranaguá para a economia de seu estado e do Brasil. Ele se manifestou contrário à ideia de privatização do porto e da Companhia Paraense de Energia (Copel).



Osmar destaca importância do porto de Paranaguá e do litoral paraense

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo • Paulo Paim • Romeu Tuma

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Audiência: falta de domínio tecnológico segura pinhão-manso

A falta de domínio tecnológico do Brasil na utilização do pinhão-manso como alternativa para a produção de biodiesel foi o principal assunto da audiência pública de ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães, foi enfático ao afirmar que um dos grandes gargalos do programa de biodiesel no Brasil não é a falta de matéria-prima, mas a questão "técnico-científica".

Durães explicou que o Brasil, em termos de biodiesel, tem o domínio tecnológico de seis espécies, entre elas a soja e a palmeira africana, mais conhecida como dendê. No entanto, elas produzem apenas entre 500 quilos e 1.000 quilos de óleo por hectare, quantidade que, segundo disse, é insuficiente quanto à sustentabilidade.

Já o pinhão-manso, destacou, apresenta potencial em torno de três a quatro toneladas por

hectare. Durães acrescentou que são necessários pelo menos sete anos de pesquisa para se chegar a um resultado confiável.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso (ABPPM), Mike Lu, afirmou que a comunidade científica dará o embasamento necessário para a utilização da planta.

O diretor-presidente da Brasil Energia S.A, Laércio Nery, acredita que o pinhão-manso é capaz de elevar em muitas vezes a renda do agricultor familiar. A médio prazo, ele crê que o preço do óleo combustível produzido a partir da planta será o mesmo do diesel.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda depende das pesquisas da comunidade científica para apoiar projetos de cultivo do pinhão-manso no Brasil, disse o coordenador-geral do programa de biocombustíveis do órgão, Marco Antonio Viana Leite.



Mike Lu (E), Laércio Nery, Valter Pereira, Marco Antonio Viana e Frederico Durães

Vontade e sonho não bastam, diz Kátia Abreu ao criticar governo

A competitividade não perdoa a improvisação. A crítica foi feita ontem pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), ao comentar a falta de domínio tecnológico do Brasil no cultivo do pinhão-manso como alternativa para a produção de biodiesel.

Em sua exposição na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Kátia Abreu reconheceu que as decisões sobre investimentos em novos cultivos devem ter como critério o resultado de pesquisas e embasamentos científicos, mas condenou a falta de planejamento do Poder Executivo.

– Vontade e sonho não bastam – criticou a senadora, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Para Marisa Serrano (PSDB-MS), é fundamental que, além de garantia de produção e comercialização do produto, haja o acompanhamento de

um técnico capaz de orientar os produtores rurais em relação ao manejo do solo.

Valter Pereira (PMDB-MS), que presidiu os debates, reconheceu que o pinhão-manso ainda é muito desconhecido, embora esteja despertando a curiosidade de produtores de todo o Brasil.

César Borges (PR-BA) afirmou que as parcerias público-privadas têm sido fundamentais na produção de matéria-prima para o desenvolvimento agrícola e energético brasileiro.

Clonagem

A CRA aprovou ontem a realização de audiência pública para debater o projeto de Kátia Abreu que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves (PLS 73/07).

Comissão aprova emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem cinco emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Três delas detalham apoio a projetos de desenvolvimento agropecuário, como patrulha mecanizada, ações de conservação e recuperação de

biomas e suporte ao pequeno e médio produtor agropecuário.

As outras duas emendas determinam ações de sanidade agropecuária para vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, produtos e insumos, bem como para assentamentos rurais.

Proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos permite a estrangeiro possuir até 49% de empresa aérea nacional e libera voos domésticos para companhias de fora



Garibaldi Alves (E) preside reunião da CAE em que se discutiu a abertura do mercado de transporte aéreo brasileiro

CAE amplia limite de capital externo na aviação civil

O LIMITE DE participação de capital externo nas empresas nacionais de aviação, atualmente em 20%, pode ser ampliado para 49%, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão foi tomada com relação a três projetos que tramitam juntos e buscam alterar ou suprimir impedimentos à participação estrangeira no capital de empresas do setor.

Em seu relatório, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) observou que a restrição à participação do capital estrangeiro em empresas áreas nacionais ainda é uma norma vigente na maioria dos países, mas que vem sendo continuamente "abrandada". Ele recomendou a aprovação do projeto do então senador Paulo Octávio (PLS 184/04), que aumenta a previsão do teto do capital externo para 49%.

O texto inclui emenda que suprime qualquer restrição à prestação de serviços domésticos por empresas de fora do país. Essa medida consta de projeto (PLS 259/06) do senador Tião Viana (PT-AC). Já proposta (PLS 258/06) de Valdir Raupp (PMDB-RO) prevê apenas que, nos voos internacionais com mais de uma parada dentro do país, possam ser transportados passageiros entre essas escalas.

Adiada decisão sobre fuso horário único

Foi adiada votação pela CAE do projeto que unifica a hora legal em todo o território brasileiro. A comissão decidiu que o retorno à pauta da proposta (PLS 486/08) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) deve ocorrer quando for concluída negociação para retirar da Comissão de Relações Exteriores (CRE) a prerrogativa de votá-la em caráter terminativo.

Virgílio observa que restam poucos estados fora do horário oficial de Brasília: Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Rondônia.

Jucá recomendou a rejeição desses dois projetos.

A proibição existente atualmente à operação de empresas estrangeiras em voos domésticos, observou Jucá, restringe a margem de negociação para acesso ao mercado interno por acordos com outros países, os chamados acordos de serviços aéreos, meio já utilizado entre as nações para autorizarem voos internacionais em sistema de reciprocidade.

No debate, Tião Viana anunciou que irá apresentar requerimento para que seu projeto passe a tramitar em separado dos demais – os três seguirão agora a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Em defesa de uma abertura mais ampla, Tião Viana disse que a atual reserva de mercado impede o consumidor brasileiro de ter serviços de melhor qualidade e mais baratos, além de uma cobertura mais eficiente do território nacional.

O projeto foi elogiado pelos parlamentares durante a reunião. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) aproveitou a oportunidade para defender a abertura, ao setor privado, do capital da Infraero, a estatal que administra os aeroportos brasileiros.

Sem contrapartida em regiões pobres

A CAE aprovou projeto da então senadora Roseana Sarney que autoriza o governo a reduzir ou dispensar contrapartida financeira exigida de estados e municípios participantes de programas habitacionais de interesse social. A proposta (PLS 331/06) beneficia municípios com população de até 25 mil habitantes de regiões que apresentem indicadores sociais e econômicos abaixo da média nacional.

A autora afirma que os municípios mais pobres não podem ser constrangidos a aportar recursos orçamentários de que não dispõem.

Tião Viana critica protecionismo a empresas aéreas

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu em Plenário o apoio dos senadores a seu projeto que permite às empresas aéreas estrangeiras operarem no Brasil. A proposta (PLS 259/06) revoga os artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica que restringem o acesso de empresas estrangeiras ao mercado brasileiro, assim como os que limitam a participação de capitais estrangeiros em empresas brasileiras.

Tião Viana afirmou que a legislação atual garante uma forte proteção às empresas que fazem transporte aéreo no Brasil. Ele ressaltou que essas empresas, no entanto, utilizam o privilégio para manter suas tarifas elevadas, restringem os acessos às regiões mais distantes dos grandes centros do país e impedem a ascensão da aviação regional.



Senador pediu apoio a seu projeto que liberaliza voos

Isonomia tributária para ABL e ABI

A Academia Brasileira de Letras (ABL), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) poderão ter isenção tributária. A medida está prevista em projeto (PLS 191/06) do senador José Sarney (PMDB-AP), cuja constitucionalidade e legalidade serão examinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A decisão de enviar a matéria à CCJ foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por sugestão da relatora Ideli Salvatti (PT-SC).

Aprovada cooperação entre Brasil e Uruguai



Pedro Simon

O Plenário aprovou ontem acordo de cooperação entre Brasil e Uruguai para desenvolver a vinculação recíproca dos sistemas de comunicação. O projeto (PDS 115/08), que teve como relator Pedro Simon (PMDB-RS), prevê uma série de atividades conjuntas, como difusão de informações, análises e prognósticos gerados pelos meios de comunicação social, elaboração de programas de formação e capacitação técnica, além de intercâmbio universitário. A execução dos compromissos contidos no acordo ficará a cargo, pelo lado brasileiro, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e da Empresa Brasil de Comunicação e, do lado uruguaio, do Ministério de Comunicação e Informação.

Arns homenageia pioneiro do esporte olímpico

Flávio Arns (PT-PR) registrou ontem a homenagem prestada ao major Sylvio de Magalhães Padilha pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da qual o parlamentar é presidente. Ali foi aprovado voto de aplauso para o militar, que, se vivo, teria completado cem anos em 5 de junho 2009. Segundo Arns, Padilha foi uma das maiores autoridades do movimento olímpico do Brasil e dedicou sua vida ao esporte brasileiro, como atleta e como dirigente. Foi pioneiro ao se tornar o primeiro atleta da América do Sul a ser finalista em provas de atletismo e, como dirigente, ao se tornar o único brasileiro até hoje a ocupar o cargo de vice-presidente do Comitê Olímpico Internacional.



Flávio Arns

Riscos e vantagens da Venezuela no Mercosul

Debatedores convidados pela Comissão de Relações Exteriores apontaram benefícios estratégicos e econômicos, mas também perfil antidemocrático do presidente Chávez

OS PERIGOS E as oportunidades do ingresso da Venezuela no Mercosul foram ressaltados pelos quatro convidados para a terceira audiência pública sobre o tema, realizada ontem, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os debatedores que pedem mais tempo para a decisão criticaram a falta de informações e a postura política do presidente Hugo Chávez. Os defensores da adesão lembraram a importância estratégica da expansão do bloco em direção ao norte da América do Sul.

O ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer disse que aprovar de imediato o ingresso da Venezuela, antes da conclusão das negociações técnicas com os demais membros do Mercosul, seria o mesmo que "dar um cheque em branco" a

Chávez.

– Incorporar a Venezuela ao Mercosul como membro pleno é comprometer a identidade, a eficiência e o poder de atração do bloco – alertou.

O jurista Ives Gandra da Silva Martins observou que entidades empresariais brasileiras – que teriam o maior interesse na adesão, em virtude do crescente comércio com o país vizinho – têm demonstrado preocupação com o ingresso da Venezuela.

– Parece-me que deveríamos aguardar um pouco, até que se prove que existe ali uma democracia – sugeriu.

Defensora da admissão do novo sócio, a cientista política Maria Regina Soares de Lima, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), ressaltou que a entrada da Venezuela no Mercosul dará

partida a um movimento de adesão da sub-região andina.

– A recusa brasileira vai ser vista como um ato hostil à Venezuela, não há como escapar. Existe ainda a possibilidade de outros países ocuparem nichos de mercado atualmente supridos pelo Brasil – advertiu.

O embaixador brasileiro na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, salientou que as exportações brasileiras para aquele país saltaram de US\$ 1 bilhão para US\$ 5 bilhões entre 2003 e 2008. E que, somente nos quatro primeiros meses de 2009, o superávit em favor do Brasil foi de US\$ 1,2 bilhão.

– Esses números não vieram apenas da competitividade das empresas brasileiras, mas sobretudo de uma decisão política da Venezuela – afirmou o embaixador.



Gandra (E), Lafer, Simões e Regina opinaram sobre adesão da Venezuela, que está na pauta da CRE, presidida por Azeredo (C)

Governo tem pressa, oposição defende cautela

Os senadores que participaram da audiência pública sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul discordaram principalmente quanto ao momento adequado para o exame do protocolo de admissão do novo sócio no bloco. Enquanto parlamentares governistas pediam uma rápida votação, representantes de oposição solicitaram mais cautela na decisão.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), observou que a votação rápida é uma prioridade para o Palácio do Planalto. O presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que apenas ontem chegaram à comissão as informações solicitadas ao governo pelo relator do protocolo de adesão, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Arthur Virgílio (PSDB-AM) adiantou que o relator terá de

pedir informações adicionais ao governo, antes de finalizar o trabalho.

Fernando Collor (PTB-AL) disse que não há intenção de excluir a Venezuela do Mercosul, mas apenas de postergar a decisão. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o direito do Senado de analisar o documento com cautela. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que o protocolo passou mais de um ano na Câmara e chegou à comissão há apenas três meses. O constrangimento sofrido em Caracas pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa foi lembrado por Efraim Morais (DEM-PB), ao apoiar a realização de uma nova audiência sobre o tema.

Em defesa do ingresso da Venezuela, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que se analise o tema com a perspecti-

va de médio e longo prazos, e não apenas observando o atual governo do país vizinho. João Pedro (PT-AM) justificou a adesão como forma de aproximação com os países do norte da América do Sul. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que não há ruptura do sistema democrático no vizinho que o afaste do Mercosul. E Pedro Simon (PMDB-RS) previu que, ao aprovar a adesão da Venezuela, o Brasil poderá ajudar a consolidar a democracia naquele país.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu informações sobre indicadores sociais da Venezuela. Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou o fato de o Ministério das Relações Exteriores não ter defendido o Legislativo brasileiro diante das críticas de Chávez, que chamou o Senado de "pagãoio dos Estados Unidos".



Senadores e deputados homenageiam o Dia da Marinha em sessão conjunta

Parlamentares lembram os 144 anos da Batalha do Riachuelo

A Batalha do Riachuelo, da qual saiu vitoriosa a esquadra brasileira em 11 de junho de 1865, é considerada fundamental para o êxito dos países da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai e Argentina – na Guerra do Paraguai (1864-1870). O episódio foi lembrado ontem em sessão do Congresso. O dia da vitória passou a ser considerado como Data Magna da Marinha.

Um dos autores do requerimento para realizar a sessão, José Nery (PSOL-PA) argumentou a favor do fortalecimento da Marinha para a defesa da pátria, da soberania e para a guarda das instituições nacionais.

Segundo Sérgio Zambiasi (PTB-RS), na Batalha do Riachuelo foi dado passo decisivo para garantir a integridade do país e impedir que a ditadura de Solano Lopes chegasse a outros pontos da baía do rio da Prata. O senador ressaltou, contudo, que hoje Brasil e Paraguai já superaram as divergências históricas.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse considerar que, naquele episódio, "o gênio brasileiro se mostrou na maneira como venceu, ao fazer o inesperado,

destruindo os navios inimigos".

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do governo Lula mais atenção às Forças Armadas. Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou um corte de 35% no orçamento das Forças Armadas, em função da crise econômica, "total maior do que o dos demais ministérios". Para Cristovam Buarque (PDT-DF), não será possível criar Forças Armadas atuantes com 30 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, gente que não compreende o que lê.

Os parlamentares ainda cumprimentaram a Marinha e a Força Aérea Brasileira pelo trabalho de resgate das vítimas do voo 447 da Air France que caiu no último dia 31.

A sessão contou com a presença do almirante de esquadra da Marinha Julio Soares de Moura Neto; do chefe do Estado-Maior, general do Exército Darke Nunes de Figueiredo; do comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; do almirante da Marinha Aurélio Ribeiro da Silva Filho, chefe do Estado-Maior da Armada; e do almirante da Marinha João Afonso Prado Maia de Faria, chefe do Estado-Maior de Defesa.

Tuma elogia ação da Marinha em buscas por destroços do Airbus

Romeu Tuma (PTB-SP) homenageou a Marinha do Brasil pelo transcurso dos 144 anos da Batalha Naval do Riachuelo. Para exaltar a tarefa da Força, salientou os trabalhos de resgate que estão sendo realizados, em conjunto com a Aeronáutica e o Exército, na área do acidente com o Airbus da Air France, no oceano Atlântico.

O senador ressaltou que o Brasil está cumprindo seu dever humanitário de buscar uma resposta para os familiares das vítimas desse acidente.

– A nossa homenagem à Marinha pelo dia da Batalha do Riachuelo e, também, por tudo que envolve em nosso país, nesses últimos tempos, a serviço da sociedade brasileira e internacional – afirmou.

Ao abordar o assunto em Plenário, Tuma fez questão de destacar a frase célebre do almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, o comandante da Armada brasileira na Batalha do Riachuelo: "O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever".